



PSD p.10

Jorge Moreira da Silva
Os "olhos da União Europeia" estão postos em Portugal



PSD p.9

O Secretário-Geral na tomada de posse da Distrital de Coimbra do PSD

POVO LIVRE



nº 1777

10 de Abril de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

"Posição
do Tribunal
Constitucional
coloca sérias
dificuldades ao
país"



Comunicação do Primeiro-Ministro ao País, após a decisão do TC sobre o Orçamento do Estado

PSD p.11

Nilza de Sena apresenta o candidato do PSD à Câmara de Ourém

Parlamento p.12

Luís Montenegro considera economia social uma oportunidade para o país

Debate quinzenal no Parlamento

A importância da Economia Social e da protecção dos mais expostos aos efeitos da crise

No último debate quinzenal do Primeiro-Ministro, na Assembleia da República (dia 5 de Abril), os trabalhos foram abertos por Pedro Passos Coelho, que disse, após os cumprimentos da praxe à Mesa e aos Deputados:



O Governo decidiu trazer a debate no Parlamento, o sector da Economia Social, que pela sua importância desde a primeira hora nos mereceu – em paralelo com a resposta à crise aguda das Finanças Públicas – toda a atenção.

Num momento difícil para os portugueses, importa acautelar a protecção daqueles que estão mais expostos à crise e salvaguardar os mais vulneráveis.

Só o conseguiremos fazer se estimularmos os valores da solidariedade através do envolvimento de todos.

Neste domínio, solidariedade e subsidiariedade podem e devem ser complementares. Foi por isso que avançámos desde logo com a construção de um novo paradigma de resposta social: uma resposta social de parceria.

Decidimos passar de um Estado tutela para um Estado parceiro, apostando na contratualização das respostas sociais a prestar.

Temos hoje um tecido constituído por IPSS, Misericórdias, Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações que permite assegurar uma resposta geograficamente abrangente e sectorialmente completa.

Constituído por 55 mil instituições em todo o território nacional, de norte a sul, do interior ao litoral, estando presente nos grandes centros urbanos como na mais remota vila, o sector da economia social destaca-se por chegar mesmo onde o Estado tem dificuldade, procurando responder a todos e a cada um dos portugueses.

O Governo avançou com um Programa de Emergência Social, transversal a vários Ministérios, que permitiu que se procedesse ao aumento das pensões mínimas, à majoração do subsídio de desemprego, ao reforço da verba da Acção Social e ao concretizar de um Programa de Emergência Alimentar.

O Programa beneficia das várias parcerias que

estabelecemos com instituições do sector da Economia Social que, para além do mais, são agentes importantes de promoção da economia local, evitando importações e equilibrando a nossa balança comercial.

Um sector que tem empregadores que não se deslocalizam - e todos sabemos a importância de garantir



o futuro, a estabilidade e manutenção de cerca de 250 mil postos de trabalho.

São até um agente empregador capaz de crescer em contraciclo no momento difícil que a economia atravessa, e de empregar mais pessoas, incluindo aquelas que por regra têm mais dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, ou seja as com idades mais avançadas ou portadoras de deficiência.

Por reconhecer esta realidade, o Governo optou por um apoio decidido ao reforço do tecido das instituições sociais. Avançámos, em parceria com a cooperativa António Sérgio e o INE, com a conta satélite para a economia social. Será esta que nos possibilitará que conheçamos com dados estatísticos certificados a realidade do sector, o potencial que assume, e assim se traçar o rumo a seguir.

Acolhemos esta ideia desde o início como uma prioridade, e hoje esse projecto ganha nova forma, maior transversalidade e ainda mais potencial com a aprovação da Lei de Bases da Economia Social. Com esta Lei alicerçámos o crescimento futuro do sector social em Portugal.

É com gosto que assinalo tratar-se de uma lei de bases aprovada por todos os grupos parlamentares, a 15 de Março, num clima de consenso e unanimidade.

Portugal é o segundo país da Europa, a seguir a Espanha, a reconhecer com uma lei específica a importância da economia social

O facto de Portugal ser o segundo país da Europa, a seguir a Espanha, a reconhecer com uma lei específica a importância da economia social reforça a confiança de que é possível que este sector venha a assumir peso idêntico, no PIB, ao do sector do turismo.

Também se recuperou uma estreita relação com os parceiros sociais em sede do Conselho Nacional da Economia Social.

Um Conselho redinamizado e desgovernamentalizado, onde fiz questão de estar presente na sua primeira reunião. Um Conselho que já se voltou a reunir e que, até Junho, deverá desenvolver a Lei de Bases, apresentando propostas transversais de revisão do Código Cooperativo e o Código Mutualista.

Queremos construir um sector economicamente competitivo e uma rede de solidariedade mais abrangente e de malha mais fina.

Nesse sentido deve o Estado reconhecer e apoiar esses mesmos agentes para que esta transformação ocorra rapidamente, de forma estruturada e sustentável.

É o que temos vindo a fazer:

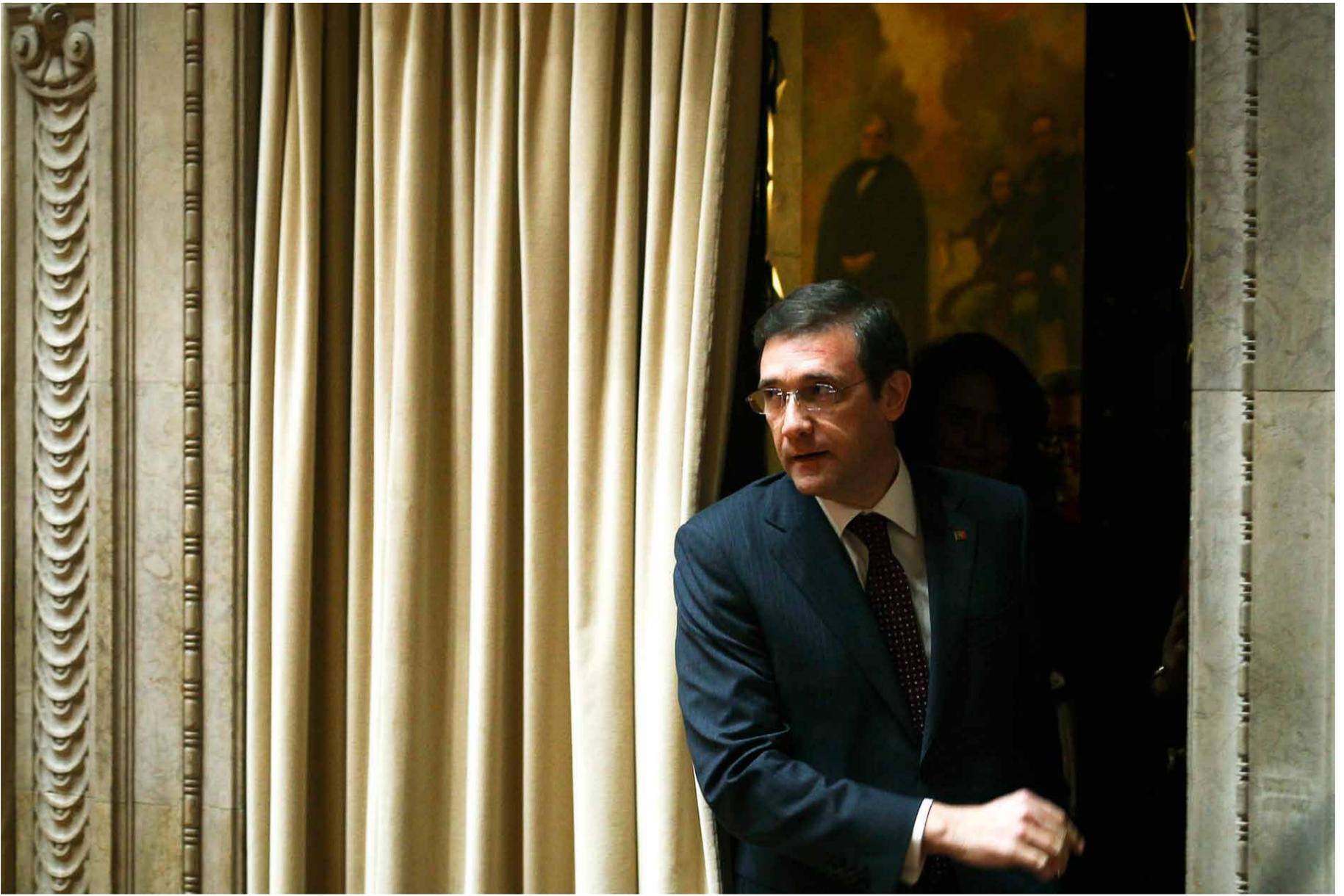
Com a celebração de um Protocolo plurianual com as instituições sociais estas passaram a saber com o que contam a médio prazo. E sabem que contam com um aumento de 2,6% em acordos de cooperação, num total de 1,2 mil milhões de euros.

Da mesma forma, as instituições sociais viram regularizadas as dívidas ao sector – que existiam desde 2008 – no valor de cerca de 6 milhões de euros e que foram fundamentais para poderem, consequentemente, responder às suas obrigações.

A salvaguarda fiscal foi outro passo na direcção da sustentabilidade que quisemos prestar às instituições da economia social. Para isso foi importante obter o assentimento da Troika para, em sede de memorando de entendimento encontrar melhores soluções do que as previstas inicialmente.

O mesmo sucedeu noutros casos.

Assim, se tivéssemos sujeitado as instituições sociais



ao pagamento de IRC, teríamos retirado cerca de 40 milhões de euros a este sector.

Relativamente ao IVA, se não tivéssemos acautelado a sua devolução em 50% do que é gasto em obras de investimento teríamos retirado da economia social mais cerca de 130 milhões de euros.

No conjunto destes dois impostos, estaríamos a falar de retirar ao sector social cerca de 170 milhões de euros, ou (menos) cerca de 35.000 euros por ano a cada instituição social em Portugal, condenando muitas delas ao encerramento.

Sabemos que o momento que as instituições sociais atravessam não é fácil. Que estas se viram impelidas

nos últimos anos a assumir significativos encargos para aumentarem a rede de respostas sociais, levando muitas delas à ruptura e à hipoteca.

Foi necessário um balão de oxigénio, e foi por isso que o Governo criou duas linhas de crédito de apoio específico à rede de instituições sociais. Uma primeira linha, de apoio a obras de investimento, e uma segunda para reequilíbrio financeiro e problemas de tesouraria. No total destas linhas de crédito conseguiram-se 178,5 milhões de euros, aliviando encargos e devolvendo mais optimismo ao futuro.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as parcerias entre Estado central, autarquias e instituições sociais têm um enorme potencial. A rentabilização que os novos Contractos Locais de Desenvolvimento Social focados no combate ao desemprego e pobreza infantil pode vir a ser significativa. São 80 novos Contractos Locais de Desenvolvimento Social e um investimento de cerca de 20 milhões de euros. Estimamos a criação de pelo menos 400 postos de trabalho no âmbito da economia social.

Criação de 3 mil postos de trabalho no âmbito da economia social

Mas temos de alargar ainda mais o envolvimento da Sociedade Civil.

Posso hoje adiantar que o teor da Resolução do Conselho de Ministros que criará o Plano Nacional de Voluntariado se encontra acordado, e que com a aprovação deste diploma se irão dar passos concretos adicionais de participação da Sociedade Civil.

O Plano Nacional de Voluntariado resultou da audição de todos os parceiros, contou com contributos generalizados e envolve transversalmente todos os Ministérios. Num único plano nacional temos um conjunto de 35 medidas que irão impulsionar a actividade de forma inequívoca.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queremos que a Economia Social assuma um papel central na estratégia de construção de um futuro e de uma economia socialmente sustentáveis.

A nossa aposta tem sido integrar as várias formas de

organização e os diferentes agentes do terceiro sector em todas as medidas de âmbito mais lato, nomeadamente nas medidas activas de emprego.

Por isso as considerámos para o Estímulo 2012 e as reforçámos com o Estímulo 2013. Por isso as integramos no Impulso Jovem, através do Coop Jovem - que prevê o apoio à criação de cooperativas.

Mas também as envolvemos no Programa Valorizar que foi criado este ano com uma dotação de 250 M e que favorecerá o crescimento a competitividade e o emprego numa lógica de coesão territorial.

Sendo muitas vezes os principais empregadores nas regiões, é natural esperar que as instituições da economia social venham a ser um importante destinatário destes programas.

Queremos, doravante, que a economia social suporte ainda mais o potencial decréscimo no País contribuindo simultaneamente para o reforço da coesão social. A Economia Social terá de ser também, um vector preponderante na utilização dos fundos europeus entre 2014-2020.

Portugal deve apostar na requalificação das respostas sociais, promovendo a eficiente utilização de recursos e melhorando as respostas às famílias portuguesas, indo assim ao encontro das suas necessidades.

Por exemplo, Creche vazia, sem utentes, pode ser transformada em lar de idosos completo, desde que exista interesse e procura. Requalificações deste tipo são pois necessárias. Utilizemos fundos na economia social para responder as necessidades de hoje.

Mas privilegiemos também a capacidade que os agentes da economia social têm a nível local para combater a pobreza através da concretização de políticas de proximidade.

Importa Rentabilizar fundos comunitários com esse propósito e os resultados serão certamente positivos e focados.

Há uma optimização do investimento público que pode e deve ser considerada. Olhando com mais rigor para a relação custo / benefício de cada projecto social.

Com investimentos em curso, estima-se que sejam criados cerca de 3000 postos de trabalho, num investimento de cerca de 200 milhões de euros na economia

social e criando cerca de 9500 novas vagas nos equipamentos actualmente previstos.

Com as futuras verbas comunitárias poderemos ainda direccionar melhor a intervenção social: com maior precisão, menor desperdício e, obviamente, melhores resultados a vários níveis.

Todos os dias estas instituições se reinventam, se adequam às novas exigências e encontram novas formas de chegar a quem delas precisa. Faz por isso todo o sentido que o Estado, consciente das suas limitações, com elas contratualize uma resposta social de confiança e parceria como até hoje Portugal não teve.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a relevância da Economia Social é consensual e de todos exige uma permanente disponibilidade para o diálogo e para o entendimento. Está em causa o apoio aos mais carenciados, numa base solidária voltada para a satisfação das necessidades mais imediatas, mas também para a constante valorização pessoal. Por aqui passa a dignidade de todos e de cada um, num País e numa sociedade que se querem coesos e capazes de resgatar a esperança. Muito obrigado.

Resposta ao “líder” do PS

O primeiro-ministro reafirmou hoje que «não existe problema de coesão no Governo» e garantiu que a saída de Miguel Relvas «não causa instabilidade nem cria crise política».

Pedro Passos Coelho disse ter uma «apreciação positiva» da acção de Miguel Relvas no Governo e disse apreciar «a lealdade e contributos» do ex-Ministro enquanto esteve no Executivo.

O Primeiro-Ministro respondia às críticas de António José Seguro que considerou que hoje o Governo «é o maior factor de instabilidade» no país e rejeitou que os relatórios da Inspecção-Geral de Educação vissem o Relvas, sublinhando que cabe ao Ministério Público investigar as conclusões desses documentos.

“O ministro Miguel Relvas não cometeu abuso nenhum, o ministro Miguel Relvas não cometeu, nem é, em função do que foi apurado, suspeito de participar em qualquer irregularidade dentro da Universidade”.

Um exercício de cinismo do Bloco de Esquerda

O primeiro-ministro afirmou hoje que o seu Governo “parou a explosão da dívida” portuguesa e “não está a preparar um segundo resgate, nem a sua acção contribuirá para tal”, acusando o BE ter esse desejo.

As palavras de Pedro Passos Coelho foram proferidas no Parlamento, durante o debate quinzenal, depois de o 1/2 coordenador do BE, João Semedo, ter sustentado que “continuando a sua política” o Governo levará Portugal a pedir um segundo resgate financeiro às instituições internacionais.

“Nos próximos oito anos serão gastos 125 mil milhões de euros para pagar a dívida, continuado a sua política não há financiamento possível que não seja um segundo resgate, não basta prolongar as maturidades, o senhor sabe perfeitamente que a sua política condena o país a um segundo resgate”, afirmou o bloquista.

O chefe do Governo ripostou que o aumento substancial da dívida ocorreu entre 2005 e 2011, de 94 mil milhões de euros para 184 mil milhões, e que foi o executivo PSD/CDS que conseguiu “parar a forma como a dívida estava a explodir”.

“Foi este Governo que parou a explosão da dívida, Portugal deverá começar a descer o rácio da dívida no PIB a partir de 2014”, alcançando uma trajectória “sustentada” que “não obrigará a um segundo resgate”, reforçou Passos.

Mais à frente, Passos Coelho sublinhou que “o Governo não está a preparar segundo resgate coisa nenhuma” e que nem a acção do Governo “contribuirá para tal”.

“Mas sabemos que esse é o desejo do BE, que insiste sempre na necessidade de não cumprir, de modo a não pagar a dívida”, acrescentou.

Pedro Passos Coelho acusou o BE de fazer “um exercício de cinismo” e de “andar há meses a conspirar para que Miguel Relvas saísse do Governo”.

“Agora que o ministro dos Assuntos Parlamentares



pediu para sair, o BE faz o exercício cínico de querer saber porque é que ele saiu. Pare, por favor com esse cinismo, não responderei a nem mais uma questão sobre o assunto”, afirmou o chefe do Governo.

Luís Montenegro: o “side-car” Seguro vai ao lado, mas quem conduz o PS é Sócrates

O líder parlamentar do PSD acusou hoje o secretário-geral do PS de se deixar conduzir pelo seu antecessor.

Luís Montenegro apontou o elogio feito pelo secretário-geral do PS à governação socialista de José Sócrates em matéria de apoios sociais como “um facto político novo”.

O líder parlamentar do PS alegou que António José Seguro “assumiu finalmente o legado do Governo anterior”, acrescentando: “Este PS faz-me lembrar um ‘sidecar’, em que o actual secretário-geral do PS vai ali ao lado, mas verdadeiramente quem conduz o veículo é outro secretário-geral e a velha política do PS”.

“É um facto político relevante que eu não queria deixar passar em claro”.

CDS-PP elogia ação do Governo na economia social e ataca PS

Nuno Magalhães rejeitou que o programa de emergência social não tenha concretização orçamental, considerando que “esse é o primeiro embuste do PS”.

“Há ou não um programa de emergência social? O mercado social de arrendamento, a bolsa de medicamentos, aumento das pensões mínimas, 6 milhões de euros, a majoração do subsídio de desemprego para casais desempregados, quase 1 milhão de euros, o reforço da verba da ação social, 2,5 milhões de euros, o fundo de socorro social, 1,5 milhões de euros, programa de emergência alimentar, 2,5 milhões”.

Nuno Magalhães disse que o PS promove um “segundo embuste” quando afirma que “o Governo é mais ‘troikista’ do que a ‘troika’”, argumentando que foi o Governo PSD/CDS-PP que alterou o memorando de entendimento para evitar que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) “fossem obrigadas a pagar IRC e também a reembolsar o pagamento do IVA na sua totalidade”.

“Já para não falar das dívidas de seis milhões de euros que desde 2008 persistiam”. – Fonte: Lusa

“Posição do Tribunal Constitucional coloca sérias dificuldades ao país”

O Governo vai reduzir a despesa pública com a segurança social, saúde, educação e empresas públicas, para compensar os artigos do Orçamento do Estado para 2013 considerados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, afirmou o Primeiro-Ministro numa comunicação ao País.

«Quero dizer a todos os portugueses que o Governo não aceita aumentar mais os impostos, que parece ser a solução que o Tribunal Constitucional favorece nas suas interpretações. Fazê-lo, poria em causa irremediavelmente as nossas possibilidades de recuperação atempada da economia e da criação de emprego», afirmou Pedro Passos Coelho, em Lisboa.

«Para compensar o desequilíbrio agora aberto no Orçamento em 2013 teremos de pôr em prática, ainda este ano, medidas de contenção da despesa pública, nomeadamente nas áreas da segurança social, saúde, educação e empresas públicas», acrescentou o Primeiro-Ministro.

Intervenção na íntegra do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho

«Portugueses,

Quando em Outubro de 2011, nas vésperas da discussão do Orçamento do Estado para 2012, me dirigi ao País, descrevi a nossa situação como a de uma “emergência nacional”. Não usei essas palavras com ânimo leve. Era importante que todos conhecessem com transparência a gravidade dos nossos problemas e a natureza dos nossos desafios. Os Portugueses têm o direito de saber o que se passa e que os seus representantes se lhes dirijam com realismo e com clareza.

Hoje ainda não ultrapassámos a emergência financeira que nos trouxe a dolorosa crise que atravessamos.

Desde que tomou posse, o Governo pôs em prática uma estratégia de superação deste estado de coisas. Se chegámos a este ponto devido à ruptura do financiamento do Estado e da economia, então só podemos superar a crise, pôr a economia a crescer e criar emprego no futuro se primeiro recuperar a nossa capacidade de financiamento. Para isso, era crucial recuperar a credibilidade e reconquistar a confiança, num caminho que seria inevitavelmente longo, duro e cheio de riscos, porque a credibilidade e a confiança perdem-se em poucos instantes mas só se readquirem com persistência e determinação.

Foi isso que fizemos nestes últimos 22 meses. Fizemo-lo com a consciência de que teríamos de agir no plano externo com uma estratégia diplomática credível, oportuna e eficaz que nos permitisse ir ajustando, em diálogo com os nossos parceiros e credores, o Programa de Assistência Económica e Financeira às necessidades da economia e que fosse trazendo condições mais favoráveis de pagamento da dívida. Foi assim que conseguimos ainda no primeiro ano de Governo, juntamente com a Irlanda, baixar os juros de uma parte importante da dívida externa. Foi assim também que flexibilizámos os objectivos para o défice durante o Programa sem perturbações indesejáveis no processo.

Mas tínhamos também a consciência de que teríamos de agir decisivamente no plano interno, cumprindo o programa de reformas estruturais e de consolidação orçamental para preparar uma economia mais forte e mais dinâmica. Mais do que isso, só o progresso no plano interno poderia garantir o sucesso no plano externo. Assumimos portanto a responsabilidade de cumprir os nossos compromissos com determinação. Só poderíamos ser ajudados pelo exterior se nos ajudássemos a nós próprios. Para que a nossa voz fosse ouvida, ela teria primeiro de ser respeitada. Para que as nossas ideias fossem acolhidas, elas teriam primeiro de ser credíveis. Se tivéssemos cruzado os braços e se nos tivéssemos



colocado na posição de pensar que a Europa é que tinha o dever de resolver permanentemente as nossas carências, então a nossa situação hoje seria incomparavelmente pior do que é e estaríamos a falar de escolhas muito mais dramáticas do que as que são actualmente as nossas.

De facto, ao longo do último ano fomos lentamente recuperando a credibilidade perdida. Com o empenho colectivo de todos os Portugueses, fomos capazes de regularmente apresentar trabalho feito. Fomos capazes de consistentemente cumprir o que estava acordado com os nossos parceiros externos. Ao mesmo tempo, lá fora fomos sendo reconhecidos por essa conduta confiável e clarividente e em consequência desse reconhecimento pudemos até acelerar o calendário da retoma de financiamento do Estado. Só assim podíamos finalmente começar a preparar o nosso futuro para a próxima fase da nossa vida colectiva já sem a presença da Troika.

Nunca neguei que este caminho era muito difícil e estreito, sem grande margem para deslizes. E para nos manter na posição mais segura e menos vulnerável tivemos de fazer escolhas que nenhum Governo gosta de fazer mas que eram necessárias.

Em 2012, o Tribunal Constitucional considerou que algumas normas do Orçamento de Estado desse ano não poderiam ser aceites para os anos seguintes. Isso forçou-nos a procurar alternativas que, como todos sabem, não gozavam da preferência do Governo como instrumento de resolução do desequilíbrio das contas públicas. Mas não tivemos alternativa senão proceder a um aumento generalizado de impostos para todos os Portugueses, sob pena de podermos ficar a braços com um problema muito grave e porventura sem resolução. Fizemo-lo para evitar um colapso nacional.

Em 2013, o Tribunal Constitucional voltou a invalidar algumas normas importantes da Lei do Orçamento de Estado para este ano. No nosso regime político é ao Tribunal Constitucional que compete fazer uma interpretação soberana da Constituição. É evidente que o Governo respeita e cumprirá as decisões do Tribunal Constitucional. Não poderia ser de outra maneira num Estado de Direito democrático que preza as suas instituições. Mas o Governo discorda da interpretação que o Tribunal

faz da Constituição da República Portuguesa e que foi manifestada no acórdão tornado público há dois dias. E o Governo não está sozinho nesta apreciação. Muitos outros constitucionalistas discordaram desta interpretação feita pelo Tribunal.

Todos partilhamos os mesmos valores constitucionais, mas o nosso entendimento do contexto, hierarquia e aplicação concreta desses valores não é aquele que foi exposto pelo Tribunal Constitucional. A condição excepcional do País e a degradação da situação europeia exige de todos grande realismo e uma consciência aguda dos imperativos e restrições impostos por circunstâncias que o Governo não escolheu, apenas herdou. Em tempos de exceção as nações podem precisar de respostas excepcionais, como é o nosso caso. Se essas respostas não puderem ser encontradas, os valores importantes que a Constituição consagra poderão ficar em causa de forma muito mais grave.

Ninguém poderá negar que esta decisão do Tribunal Constitucional tem consequências muito sérias para todo o País. A decisão foi tornada pública a menos de uma semana de Portugal fechar, com os parceiros internacionais, uma negociação decisiva para chegarmos a um acordo com os nossos credores, para suavizarmos o pagamento da dívida e para tornarmos mais favoráveis as obrigações financeiras que temos de cumprir. Este acordo assume a maior relevância no caminho que estamos a trilhar para terminar em 2014 a intervenção da Troika e para podermos recuperar o acesso normal a financiamento. A decisão do Tribunal Constitucional torna a posição portuguesa mais frágil nessas negociações em torno dos reembolsos e maturidades dos empréstimos externos que contraímos. Ainda assim, quero garantir que estou a fazer tudo o que se encontra ao meu alcance para, apesar dos obstáculos, proteger os interesses de Portugal nessa negociação.

Em termos mais gerais, o acórdão do Tribunal Constitucional introduz incerteza e imprevisibilidade num processo já de si extremamente exigente. Corre em sentido contrário à orientação estratégica de regresso aos mercados: conseguir que o Estado se voltasse a financiar autonomamente e com isso que as condições de



financiamento das empresas e das famílias se tornassem mais favoráveis. Por sua vez, com a melhoria e a maior fluidez do financiamento cresceria igualmente a confiança de que concluiríamos o nosso Programa de Assistência Económica e Financeira conforme fora previsto. Quer isto dizer, portanto, que a decisão do Tribunal Constitucional constitui um risco para todo este processo.

Mas as consequências da decisão do Tribunal Constitucional têm uma outra dimensão mais concreta.

Em primeiro lugar, num plano mais imediato, coloca obstáculos muito sérios à execução orçamental em 2013, precisamente quando tínhamos acabado de flexibilizar as metas do défice para este ano e para os anos seguintes. Darei, por isso, instruções aos Ministérios para que procedam às necessárias reduções nas suas despesas de funcionamento para compensar o que o acórdão do Tribunal Constitucional agora vedou.

Em segundo lugar, torna problemática a necessária consolidação orçamental para os próximos anos, e que constitui, não nos podemos esquecer, uma condição necessária para a fase do pós-Troika. E é preciso recordar que a redução do défice constitui igualmente uma condição indispensável para a manutenção de Portugal na área do euro e na dianteira do projecto europeu. Arriscar este grande desígnio que nos últimos 35 anos sempre reuniu um grande consenso nacional seria condenar o projecto de sociedade que Portugal ambicionou para si quando consolidou a sua democracia.

Em terceiro lugar, não nos esqueçamos de que, com a decisão do Tribunal, a sétima revisão regular não fica concluída e que o correspondente montante não será desbloqueado enquanto isso não acontecer. Terei de explicar esta circunstância à Troika para assim defender o interesse nacional e salvaguardar condições que estimulem o crescimento e o emprego.

Perante tudo isto, tenho o dever de não esconder dos Portugueses nenhum contorno essencial das dificuldades que já tínhamos, e a que agora acrescentámos outra, nem das consequências que elas acarretam para a vida de cada um de nós. E tenho o dever, como Primeiro-Ministro, de assumir a responsabilidade que me cabe de fechar esta crise que nos atormenta há já tanto tempo.

O Governo, mandatado pelo povo português para vencer a emergência nacional, e apoiado na Assembleia da República por dois partidos numa coligação coesa, afirma hoje perante o País que enfrentará lado a lado com os Portugueses todas estas dificuldades. Porque desenganam-se aqueles que vêem nestes acontecimentos um simples revés para o Governo ou para os partidos que o apoiam. Depois desta decisão do Tribunal Constitucional não é apenas a vida do Governo que se torna mais difícil. É a vida dos portugueses que fica mais difícil e é o sucesso da recuperação nacional que se torna mais problemático.

Por outro lado, a emergência nacional envolve todo o País, toda a sociedade, todas as instituições nacionais, todos os órgãos de soberania. Mais do que isso, não é correto dizer que o Programa de Assistência vincula apenas este Governo, que de resto não o preparou nem negociou. O Programa vincula todo o Estado português, incluindo evidentemente todos os seus órgãos de soberania.

Uma vez que o Estado ainda está dependente do financiamento dos nossos parceiros europeus para fazer pagamentos, fornecer serviços, pagar salários e pensões, manter o Estado social, a alternativa ao cumprimento do Programa seria submeter-nos a um outro Programa, prolongando a dureza e a penosidade dos sacrifícios. É isso que temos de evitar. Daqui resulta o imperativo político fundamental da nossa situação hoje: tudo temos de fazer para evitar um segundo resgate. Não posso permitir que se desperdicem os sacrifícios que os Portugueses têm feito nos últimos anos. Mas isso não se consegue apenas com desejos vagos ou com a formulação de intenções. Exige actos concretos que compensem os desequilíbrios orçamentais criados pela recente decisão do Tribunal Constitucional. É uma ilusão perigosa julgar que não precisamos agora de encontrar alternativas, que basta ficarmos quietos à espera que tudo se componha como que por milagre.

A este respeito, quero dizer a todos os Portugueses que o Governo não aceita aumentar mais os impostos, que parece ser a solução que o Tribunal Constitucional favorece nas suas interpretações. Fazê-lo poria em causa irremediavelmente as nossas possibilidades de recuperação atempada da economia e da criação de emprego.

Por conseguinte, só nos resta a alternativa de acelerar e intensificar alguns aspectos da reestruturação do Estado com impacto directo na despesa pública. Mas agora, dadas as restrições impostas pelo Tribunal Constitucional, teremos de o fazer com instrumentos de outra natureza.

Para compensar o desequilíbrio agora aberto no orçamento em 2013 temos de pôr em prática, ainda este ano, medidas de contenção da despesa pública, nomeadamente nas áreas da segurança social, saúde, educação e empresas públicas. Não duvido que aparecerão vozes a protestar que, com isso, estaremos a pôr em causa o Estado social e que o Governo não aprende a lição parando com a austeridade. Mas o Governo não pode compactuar com essa demagogia fácil e, para defender o Estado social, precisa de garantir o dinheiro que suporta as suas despesas. Ora, o Estado não dispõe desse financiamento e, sendo assim, está impedido, pela realidade dos factos, de realizar parte das despesas. Só ultrapassaremos esta situação diminuindo a despesa e cumprindo as nossas obrigações externas.

Não será um exercício fácil quando temos em conta a redução de despesa pública que o Governo nos últimos dois anos já efectuou. Em dois anos reduzimos a despesa primária do Estado em mais de 13 mil milhões de euros, facto que não tem qualquer precedente na nossa história democrática. Foi, aliás, este esforço de disciplina no lado da despesa que nos permitiu até compensar parte da perda de receita fiscal que ocorreu em resultado da crise económica.

A complexidade e a preparação que medidas deste tipo requerem apelam à mobilização da sociedade civil, do Governo e do Estado para a sua formulação. Nas próximas semanas teremos de proceder ao estudo e ponderação das alternativas possíveis, e o Governo está naturalmente receptivo a todas as propostas razoáveis, fundamentadas e objectivas que a discussão pública possa suscitar.

Mas a necessidade de equilíbrio das contas públicas diz respeito igualmente aos próximos anos, e aqui as nossas perspectivas serão tanto menos cinzentas quanto mais o sistema político compreender a indispensabilidade do compromisso. Com o nível de endividamento a que chegámos no Estado, estes objectivos nacionais,

que ultrapassem as cores partidárias e não distinguem governos, não poderão ser alcançados se não houver compromissos duradouros entre as nossas instituições, incluindo claro está os partidos do arco da governabilidade e os órgãos de soberania. Isto mesmo quis transmitir com detalhe ao Senhor Presidente da República na audiência que ontem me concedeu. Quanto menos compromisso houver a este respeito, mais frágil será a posição do País. Mais do que nunca, a situação não se compadece com demagogias nem com tacticismos. Cada um dos agentes políticos tem de se pronunciar sobre esta matéria, que, volto a repetir, é central para o futuro próximo do País no quadro europeu. Se o nosso futuro nos compromete em conjunto, então todos têm uma palavra a dizer sobre a sua preparação e todos têm de assumir as suas respectivas responsabilidades.

Da parte do Governo não haverá hesitações. Permitam-me, pois, que o diga com clareza para que não subsistam quaisquer dúvidas. O Governo está comprometido com todos os objectivos do Programa de Assistência e reafirma o cumprimento das obrigações internas e externas do Estado português. E, como Primeiro-Ministro, renovo aqui e hoje o compromisso de fazer tudo o que está ao meu alcance para, atacando as dificuldades acrescidas, fecharmos esta crise de uma vez por todas. Com a legitimidade que me foi conferida pelo povo português e pela Constituição, agirei até ao limite das minhas forças na defesa do interesse nacional. Com o orgulho de ser português que partilho convosco, com a mesma dedicação ao País que também vos move, trabalharei em cada hora, juntamente com o Governo que lidero, pelo futuro que é de todos.

Nós, os Portugueses, não desistimos, porque não desistimos de Portugal, não desistimos da nossa autonomia, não desistimos da nossa liberdade, não desistimos do nosso futuro.

Muito obrigado.»



Comunicado da Presidência da República

A Presidência da República divulgou o seguinte comunicado:

1 – O Presidente da República recebeu hoje, em audiência, e a seu pedido, o Primeiro-Ministro, que se fez acompanhar, na parte final da reunião, pelo Ministro de Estado e das Finanças.

2 – O Presidente da República reitera o entendimento de que o Governo dispõe de condições para cumprir o mandato democrático em que foi investido e manifestou o seu empenho em que sejam honrados os compromissos internacionais assumidos e em que sejam alcançados e preservados os consensos necessários à salvaguarda do superior interesse nacional.

Nota do Conselho de Ministros de 6 de Abril

«O Governo não concorda com a leitura da Constituição da República que o Tribunal Constitucional fez no seu Acórdão sobre algumas normas do Orçamento do Estado para 2013», refere a declaração lida pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Luís Marques Guedes, no final da reunião extraordinária do Conselho de Ministros.

«A posição que teve vencimento no Tribunal Constitucional coloca sérias dificuldades ao País no cumprimento dos objectivos a que está internacionalmente vinculado, e das metas orçamentais que tem de cumprir», refere a declaração, acrescentando que «ao declarar inconstitucionais as normas do Orçamento do Estado, por desrespeito pelo princípio da igualdade, o Tribunal não considerou o esforço evidente do Governo para tornar mais equitativa a contribuição de todos os cidadãos, no sector público como no privado, repondo a atribuição de um dos subsídios suspensos em 2012 para os pensionistas e para os servidores do Estado».

O Governo respeita a decisão do Tribunal mas alerta «os Portugueses para os efeitos negativos que a mesma tem para o País, efeitos que estão para além do problema sério colocado à execução orçamental, ao porem em causa a credibilidade externa conquistada pelo esforço dos Portugueses perante os nossos parceiros e credores internacionais».

A declaração refere ainda que, «em particular, esta decisão tomada pelo Tribunal surge em vésperas da importante reunião de Dublin, na próxima semana, para a qual Portugal tanto tem lutado com vista a conseguir o acordo dos parceiros europeus», acordo que é «necessário ao prolongamento das maturidades dos empréstimos à República, e essencial para a nossa saída bem sucedida, em 2014, do Programa de Assistência Económica e Financeira».

Assim, «tendo em conta à complexidade da situação criada, o Senhor Primeiro-Ministro solicitou uma audiência, ainda hoje, com o Senhor Presidente da República, face à exigência de uma rápida clarificação pelo Estado Português de relevantes aspectos postos em causa pela decisão do Tribunal Constitucional».

Conselho de Ministros de 4 de Abril



1. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a diretiva comunitária relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade.

São introduzidas alterações que reforçam a eficácia dos instrumentos de luta contra a fraude e a evasão fiscais num contexto de globalização e de crescente mobilidade das bases tributáveis.

A cooperação entre Estados-Membros passa a ser regida por regras mais claras e disporá de instrumentos mais eficazes contra os fenómenos da evasão e fraude fiscais no contexto internacional, evitando perdas significativas de receitas fiscais.

2. O Conselho de Ministros aprovou, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público.

Estas indemnizações compensatórias representam, no seu conjunto, uma redução do esforço financeiro do Orçamento do Estado de 41 milhões de euros, cerca de 12 %, comparativamente com 2012, e de 170 milhões de euros, cerca de 34 %, em relação a 2010.

3. O Conselho de Ministros aprovou em definitivo a alteração ao regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral, determinando a obrigatoriedade de policiamento nos espetáculos desportivos integrados em competições de natureza profissional.

4. O Conselho de Ministros decidiu alargar os prazos previstos no regime do exercício da atividade pecuária (REAP), nomeadamente os respeitantes à reclassificação e à regularização das atividades pecuárias.

Este alargamento não põe em causa o cumprimento dos condicionamentos legais e regulamentares aplicáveis a estas atividades, designadamente em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, ambiente, bem-estar animal e condições hígio-sanitárias, e recursos hídricos.

5. O Governo aprovou o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição do Parque Internacional Tejo-Tajo, assinado no Porto, em 9 de maio de 2012.

O Acordo estabelece o regime jurídico aplicável à cooperação entre as Partes nas ações necessárias à gestão do Parque Internacional Tejo-Tajo, em domínios como o da conservação do património natural, promoção do desenvolvimento socioeconómico, uso sustentável dos recursos biológicos, promoção do uso público e turismo de natureza, investigação e desenvolvimento do conhecimento, educação ambiental e vigilância coordenada da área.

6. O Governo aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para o Exercício da Atividade da Frota de Pesca Artesanal das Canárias e da Madeira.

Este Acordo cria um regime de acesso mútuo destas embarcações às águas sob jurisdição de Portugal e de Espanha tendo em vista a captura de atum e de peixe-espada preto.

7. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que procede à transferência de competências do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.), exercidas pelo Centro de Genética Médica Doutor Jacinto Magalhães daquele instituto, para o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.

Esta medida insere-se numa política de integração dos recursos disponíveis e de promoção da especialização da atividade de cada entidade integrada no Ministério da Saúde, com aumento de eficiência e de qualidade.

8. O Governo aprovou a prorrogação, até 30 de junho de 2013, do prazo previsto para manutenção transitória no âmbito das Administrações Regionais de Saúde, I.P., das unidades de intervenção local do extinto Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P.

9. O Governo aprovou uma autorização para a realização da despesa com a aquisição de serviços de comunicações de dados entre redes lógicas das escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e das escolas secundárias, do ensino público, bem como dos organismos do Ministério da Educação e Ciência.

A despesa, até ao valor máximo de 13, 5 milhões de euros, é suportada por verbas da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

10. O Governo aprovou um diploma que define as tabelas remuneratórias dos trabalhadores recrutados para exercer funções nos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado.

11. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E., composto por um presidente e quatro vogais executivos.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.- Fonte: Gab. CºMºs

O Secretário-Geral na tomada de posse da Distrital de Coimbra do PSD



«Dr. António José Seguro, qual é a pressa? Qual é a pressa para pretenderem eleições antecipadas?

«É com este PS que podemos contar no quadro de uma oposição séria em democracia?

«Para o PS é importante consolidação orçamental, mas depois não dizem como fazê-la!.

«Para o PS, é importante acabar com a austeridade, mas depois dizem que cumprem o acordo com a Troika!

«Como lembrou o Primeiro-Ministro, é “espantoso e perverso que o Partido que conduziu o país ao precipício financeiro e que negociou o resgate externo apareça agora a censurar a maioria».

Em Oliveira do Hospital, na apresentação oficial da candidatura de Cristina Oliveira à autarquia

Matos Rosa, cuja intervenção foi muito aplaudida, encerrou assim a cerimónia, seguindo depois para Oliveira do Hospital, em que esteve presente na apresentação da candidatura de Cristina Oliveira à presidência da Câmara local.

O PSD aposta, assim, na ex-directora regional de educação do Centro – a estrutura educativa foi extinta no final de 2012 – para liderar uma candidatura à Câmara Municipal oliveirense. A cerimónia foi muito concorrida e Matos Rosa teve palavras de apreço e encorajamento à candidata, cuja competência, “bem firmada noutras áreas administrativas”, só vem dar uma garantia adicional de bom trabalho e de progresso à autarquia. – Fonte: Audiovisuais PSD



José Matos Rosa presidiu à tomada de posse de Marcelo Nuno Pereira, que se recandidatou e venceu as eleições para a Distrital de Coimbra do PSD.

Marcelo Nuno, no seu discurso de posse, afirmou que é necessário, no momento presente, que Portugal precisa que “o Governo não tenha medo do Partido”, que “prefira o diálogo com este do que a submissão a grupos de pressão e interesses menos legítimos, menos escrutináveis e nem sempre constituídos à razão do interesse público, como acontece com os partidos políticos”.

Para Marcelo Nuno Pereira, é necessária “uma comunicação social isenta e honesta, que contribua para o esclarecimento dos cidadãos”.

Detendo-se sobre as próximas eleições locais, Marcelo Nuno disse que encara com “sincero optimismo o desafio autárquico”, apesar das “anunciadas dificuldades e do propagandeado desgaste do Governo”.

Palavras de Matos Rosa

As próximas eleições autárquicas são “fundamentais”, salientou, por seu lado, o secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, sustentando que só o nosso partido é “capaz de construir obra para os concelhos do distrito” de Coimbra.

Lembrou que o que pode cada um de nós fazer por Portugal, mede-se em duas palavras: trabalho e coragem.

«Trabalho, porque é a ferramenta perfeita para aperfeiçoarmos a alma e o corpo. Só com trabalho é possível mudarmos o pequeno país que é Portugal, e mudarmos o lugar onde vivem os nossos filhos.

«Coragem significa disposição anímica para enfrentarmos a realidade e para vencermos as dificuldades»

O dirigente social-democrata dedicou, no entanto, grande parte da sua intervenção aos socialistas, advogando que “é preciso um grande atrevimento para apresentar uma moção de censura a um governo que está a tentar reconstruir aquilo que eles destruíram”. Portugal “merece uma oposição mais séria”, disse Matos Rosa, afirmando que “o interesse do PS é partidário e não nacional”, ele “quer provocar um segundo resgate”.

E afirmou ainda: «O comportamento do PS é de uma profunda irresponsabilidade. Revela duas coisas muito simples:

- que são bipolares, sim, porque querem formar um Governo com os mesmos que nos levaram à destruição? Com os mesmos da pré-bancarrota?

- porque o Secretário-Geral do PS diz que, no plano externo, é necessário respeitar todos os compromissos assumidos pelo Estado português, mas internamente querem alterar o Memorando?

«Expliquem-se, por favor, perante tantas contradições...»



Jorge Moreira da Silva

Os “olhos da União Europeia” estão postos em Portugal

O Vice-Presidente e coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva, após a reunião da Comissão Permanente, fez um comunicado à Informação, relativo à decisão do Tribunal Constitucional, de não aprovar parcialmente, alguns § do Orçamento de Estado, afirmando:

«A decisão do Tribunal Constitucional tornou mais arriscado o cumprimento do Memorando de Entendimento e a capacidade de Portugal para honrar os seus compromissos internacionais.

«Esta decisão veio abrir um problema para cuja resolução todos têm a obrigação de contribuir.

«A gravidade do momento não permite o maniqueísmo político ou o radicalismo partidário. É o futuro dos Portugueses que está em causa.

«Com a declaração do Primeiro-Ministro, o Governo mostrou, uma vez mais, estar à altura da exigência do momento.

«Em primeiro lugar, porque reafirmou o objectivo de concluir o MoU no prazo previsto, em 2014, de fazer tudo para impedir a necessidade de segundo resgate e de preparar a fase pós-troika em torno de uma estratégia de crescimento sustentável.

«Em segundo lugar, porque reafirmou a importância do regresso ao financiamento através do mercado, de forma a reconquistar a nossa plena soberania financeira e orçamental e reduzir os custos de financiamento das empresas e das famílias.

«Em terceiro lugar, porque optou por responder ao problema orçamental, resultante da decisão do Tribunal Constitucional, através da redução estrutural da despesa, no quadro de uma reforma do Estado por todos reclamada há longos anos, e não pela via do aumento de impostos.

«Agora, todos têm a obrigação de fazer escolhas claras e de demonstrar o espírito de compromisso de que necessitamos.

«Defender Portugal é uma obrigação de todos.»

No dia 8, Jorge Moreira da Silva apelou ao PS, que apresente propostas para fazer face à não aprovação pelo TC, de algumas medidas orçamentais e que, ao fazê-lo, demonstre espírito de compromisso.

Jorge Moreira fez este apelo na sede nacional do PSD, em Lisboa, em reacção à declaração feita no mesmo dia, horas antes, pelo secretário-geral do PS, António



José Seguro, através da qual este, por sua vez, reagiu à comunicação ao País feita pelo primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, no Domingo passado..

O coordenador da Comissão Política Nacional do PSD considerou que o secretário-geral do PS não deu “uma resposta à altura da exigência do momento e das suas responsabilidades”, face à “abertura para o

compromisso” manifestada pelo Primeiro-Ministro e à “necessidade de apresentar alternativas” às quatro normas do Orçamento do Estado para 2013, declaradas inconstitucionais na sexta-feira.

Jorge Moreira da Silva atribuiu às normas orçamentais reprovadas pelo Tribunal Constitucional, um valor de “cerca de 30% do esforço de consolidação orçamental previsto para 2013”.

Em seguida, sustentou que, se o PS é a favor do cumprimento das metas do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, deve dizer se quer que isso se faça pelo aumento de impostos ou pela redução de despesa, e nesse caso, em que dimensão e em que sectores.

“Este não é um tempo para ambiguidades ou para qualquer tipo de opções que envolva radicalismo partidário. É um tempo para fazer escolhas claras e para demonstrar um espírito de compromisso”, defendeu, acrescentando que o PSD continuará “a tentar convencer o PS a colocar o interesse nacional à frente dos interesses partidários”.

Num discurso de cinco minutos, o primeiro vice-presidente e coordenador da direcção nacional do PSD descreveu o discurso do PS como “radical” e composto por “frases feitas, que não traduzem opções concretas” e insistiu que os socialistas têm de esclarecer se são pelo cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira e das suas metas ou pelo incumprimento, o que, alegou, implicaria um segundo pedido de resgate.

O social-democrata alegou que “os olhos da União Europeia” estão postos em Portugal e que este é um momento crucial, porque “Portugal se prepara para uma negociação determinante” na União Europeia sobre o prazo de pagamento dos seus empréstimos.



Nilza de Sena apresenta o candidato do PSD à Câmara de Ourém



A Vice-Presidente do PSD e deputada, Nilza de Sena, esteve na semana passada em Ourém, onde, na presença da presidente da Distrital de Santarém, apresentou o candidato da Coligação PSD-CDS/PP, à presidência da Câmara daquela cidade, Luis Albuquerque, que felicitou «pela disponibilidade e coragem em liderar uma equipa que irá mudar este concelho... e as 18 freguesias desta bela terra do distrito de Santarém».

Fez o elogio de Luís Albuquerque, «um homem de grandes capacidades profissionais, políticas e humanas, competente, justo e determinado, que conhece bem e sente alma deste Concelho.»

Lembrou que neste momento existe em Ourém uma gestão desorientada e sem projectos, e é, pois, a hora de provocar um virar de página num concelho que tem vindo a perder visão e posicionamento na região.

Lembrou que as eleições autárquicas são fundamentais para aprofundar a democracia; promover a coesão territorial; fomentar o empreendedorismo de base local, inovando e arriscando, tirando partido dos talentos, da criatividade e das infra-estruturas; assegurar a igualdade de oportunidades e a mobilidade social; apostar na eficiência e nas tecnologias limpas.

Referiu-se ainda ao que chamou «...um grande atrevimento os Socialistas, que vieram apresentar uma moção de censura a um Governo que está a tentar refazer o que eles destruíram/.../ que promove a instabilidade política, quando em democracia os mandatos são, em teoria, para se cumprir até ao fim!

«Portugal merecia uma oposição mais séria, mais construtiva!

«Foi um Governo PS que negociou e assinou o Memorando com os nossos parceiros, mas que agora não dizem o que fariam de diferente, porque afinal, os Socialistas só se movem por interesses de política baixa... o poder

pelo poder, custe o que custar...»

«O interesse do PS é partidário e não nacional...»

E terminou, pedido ao PS, «...que se explique, por favor, perante tantas contradições!».



Luís Montenegro considera economia social uma oportunidade para o país



No início do debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, dedicado à economia social, Luís Montenegro manifestou a sua surpresa por ver António José Seguro a assumir, finalmente, o legado do Governo anterior. Face a esta situação, o líder da bancada do PSD foi peremptório ao afirmar que “este PS faz lembrar um ‘sidecar’: em que o actual secretário-geral do PS vai ali ao lado, mas quem conduz o veículo é outro secretário-geral e a velha política do PS”.

De seguida, e centrando-se no tema do debate, o social-democrata enfatizou que há muito que “o PSD tem colocado a economia social como uma oportunidade que o País tem à sua disposição para poder relançar o crescimento da economia e a criação de emprego em Portugal”. O parlamentar lembrou que a intenção de

criar uma Lei de Bases da economia social acompanha o Primeiro-Ministro desde que foi eleito líder do PSD, que já na anterior legislatura o PSD apresentou uma proposta nesse sentido, mas foi chumbada pelo PS. Em todo este processo, Maria José Nogueira Pinto teve um papel de extrema importância, algo que foi realçado e evidenciado pelo líder da bancada do PSD. O social-democrata ressaltou, de igual modo, que “esta oportunidade que se abre com esta lei de bases e com todas as medidas que estão subjacentes vai permitir construir, no futuro, um país mais jutos, mais solidário, mas também com mais oportunidades de actividade económica e de criação de emprego. Esse país que queremos construir quando nos virmos livres do constrangimento de termos uma troika”.

Quanto à posição dos socialistas, que falaram numa

actuação deficitária do Governo nesta matéria, Luís Montenegro declarou que “é preciso ter descaramento” para o fazerem. “O Memorando de Entendimento que foi negociado e subscrito pelo PS previa taxar, em sede de IRC, estas Instituições. Mas previa mais. Previa taxar, em sede de IRS, algumas prestações sociais como o subsídio de desemprego e o abono de família. Quando o PS diz que o memorando actual já não é o memorando inicial, de facto, às vezes tem razão. Este é um dos casos em que aquilo que está em execução não corresponde ao que estava escrito, para bem de muitos milhões de portugueses. O Governo anterior tinha congelado o aumento das verbas dos acordos de cooperação. Já se esqueceram. Este Governo aumentou em 2,6 por cento estas verbas. E também foi o Governo anterior que congelou o aumento das pensões mais baixas e foi este Governo que as descongelou. E é este Governo que tem desencadeado acordos com os municípios e com estas Instituições. Ainda agora o Secretário de Estado está a celebrar 80 novos contratos de desenvolvimento local”.

Luís Montenegro colocou outras questões ao Primeiro-Ministro. Recorda o líder do grupo parlamentar que, neste momento, estão em curso 183 processos de construção de equipamentos ao abrigo do POPH. As Instituições envolvidas, acrescenta, têm uma comparticipação mínima de 40% nos equipamentos dirigidas à terceira idade e de 25 por cento nos equipamentos destinados à deficiência. Tendo em conta as dificuldades que estas Instituições enfrentam, o deputado quis saber se, no âmbito do QREN, não será possível aumentar as comparticipações dos fundos europeus diminuindo às Instituições a sua comparticipação.

O deputado questionou, ainda, se esta não será uma boa oportunidade, agora que se está a projectar o novo quadro financeiro 2014-2020, ter, também aí, como vector prioritário o apoio à economia social, o apoio a tanta gente que serve as pessoas, que presta serviços que ajuda e facilita a vida dos nossos concidadãos e que são, também, geradores de crescimento económico e de criação de emprego.

“Portugal foi o estado que melhor executou os fundos do QREN”

“2012 foi o melhor ano de sempre na execução do QREN. Foram injectados pelo QREN, na economia, perto de 4 mil milhões de euros. O QREN representou, em 2012, 2,4 por cento do PIB nacional e pela primeira vez as empresas receberam mais recursos do que o Estado”, declarou o deputado do PSD, António Rodrigues. Segundo o parlamentar social-democrata, o QREN terminou o ano sem pedidos de pagamento pendentes e, em 2012, Portugal foi o País da União Europeia que melhor executou os fundos do QREN. E neste momento, em 2013, a taxa de aprovação é de 93,2 por cento. Mas mais importante que o volume de orçamento do próximo QREN, destacou o vice-presidente do grupo parlamentar, são as condições da sua utilização. Entendendo que este Governo conseguiu taxas notáveis de comparticipação para os investimentos, António Rodrigues quis saber se o líder do PS também considera que este foi um bom acordo para Portugal.





Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 393 • 3 de Fevereiro de 1982 • Preço 15\$00

Director: José Silva Marques
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

PSD venceu em Santo Ildefonso e Mosteiros

O Partido Social Democrata venceu no passado fim de semana as eleições intercalares para as Assembleias de Freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, e de Mosteiros, Ponta Delgada.

Em Santo Ildefonso, o PSD alcançou 2.200 votos (6 mandatos) o Partido Socialista 2.027 votos (5 mandatos), a APU 1.789 votos (4 mandatos), o CDS 1.490 (4 mandatos) e, por último, a UDP 49 votos (0 mandatos). Estavam inscritos 17.118 eleitores, votaram 7.678 numa percentagem de 44,30%. Os votos brancos entrados nas urnas foram 29 e os nulos 94.

A anterior presidência pertencia à AD com 11 mandatos (maioria absoluta).

Para a Assembleia de Freguesia de Mosteiros, em Ponta Delgada, a lista do PSD obteve 310 votos (6 mandatos), seguida da do PS, com 110 votos (2 mandatos), o CDS com 50 votos (1 mandato) e a APU com 42 votos (0 mandatos).

Dos 853 inscritos, votaram 533 eleitores e houve ainda 10 votos brancos e 11 nulos. A anterior Autarquia também era de maioria PSD.

COROADA DE ÊXITO A VIAGEM DE BALSEMÃO A PAÍSES DA CEE

No regresso da sua recente visita a capitais de países da CEE, Bélgica, Luxemburgo e Dinamarca, o Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão salientou o salto qualitativo verificado no processo de adesão, consubstanciado

na possibilidade de se ter fixado um calendário, que, a confirmar-se, disse, permitirá que o tratado final seja assinado ou no fim deste ano ou no começo de 1983.

Os contactos estabelecidos durante esta sua

viagem foram, para Balsemão, "coroados de êxito" e deles resultou "um apoio claro" e o "desejo de uma cooperação acelerada", para que Portugal se integre na CEE "em tempo útil".

O Primeiro-ministro mostrou-se convencido de que a crise interna dos "Dez" ficará resolvida em Março, pelo que a segunda etapa do calendário português (Maio, Junho) não sofrerá dificuldades ou atrasos.

Balsemão frisou, também, que o seu "optimismo moderado", nesta matéria, se deve ao desejo de "uma negociação consciente, em defesa do interesse nacional, para não entrar na CEE a qualquer preço".

Relativamente ao período de transição após a assinatura do tratado, o chefe do Executivo afirmou ter encontrado "a maior compreensão, quer política, quer económica, além do desejo de uma colaboração para uma melhor preparação das nossas estruturas".

No âmbito da NATO, Balsemão deu conta de que foi feita uma análise da situação da política internacional, onde foi realçada a importância dos pequenos e médios parceiros.

No quadro das relações bilaterais, o Primeiro-Ministro anunciou a celebração de um acordo cultural com o Luxemburgo e outro, em breve, de construção naval com a Dinamarca.

Governo AD atento ao futuro

Em estudo a utilização de meios aéreos para combater os incêndios florestais

— revela-nos António Penaguião

Em tempo de prevenção dos prejuízos causados pelas cheias que periodicamente assolam o Ribatejo, tarefa em que, conforme registámos na semana passada, o Governo da Aliança Democrática está empenhado, também não é descuidada a prevenção e combate a um flagelo que todos os estios tem consumido vastas regiões florestais — o fogo.

Os tremendos prejuízos causados à economia nacional pelos incêndios que debastam as nossas matas e florestas, muitos deles de origem criminosa, e a ameaça que esses fogos fazem pesar muitas vezes sobre as vidas das populações, levaram a que o Governo redobrasse de esforços no sentido de tomar medidas destinadas a modificar uma situação que se vem revestindo de aspectos calamitosos.

Entre as medidas encaradas conta-se o emprego de meios aéreos, a exemplo do que se faz em muitos outros países, tendo para o estudo desses meios sido constituído um grupo de trabalho alargado.

Junto de António Penaguião, assessor para assuntos aeronáuticos, e representante neste caso, do ministro da Administração Interna neste grupo de trabalho, procurámos saber o que se pensa fazer para incrementar a vigilância, prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais.

Povo Livre — Quer fazer alguma intervenção preliminar sobre os incêndios florestais?

António Penaguião — Gostaria de o fazer. Durante a década passada as consequências e as implicações nas mudanças socioeconómicas e dos processos tecnológicos realizados através do Mundo, alertaram os países para a necessidade de conservar e de proteger as suas riquezas naturais. Para certos países esta advertência significa a necessidade de protegerem as suas zonas de pesca, para outros de conservar os seus minérios e o seu petróleo, enquanto ainda para outros a protecção das suas florestas naturais e assim por diante.

Em Portugal estamos a assistir à deterioração do sector ecológico e de uma parte da economia do país

em consequência dos incêndios florestais. Penso que o país não mais poderá continuar a tolerar este estado de coisas. Como consequência, se não forem introduzidas técnicas modernas e eficazes contra os incêndios florestais em que os meios aéreos aparecem de facto como factor indispensável no que respeita à vigilância, detecção e ataque, teremos dentro de pouco tempo um país totalmente desarboreado e árido, a caminho da desertificação com todas as suas terríveis consequências.

A introdução de meios aéreos eficazes neste desafio resume-se em poucas palavras: quanto mais depressa um incêndio for detectado e atacado, mais fácil será extinguido, proceder ao seu rescaldo, tendo incluído a vantagem



de se ter conseguido um mínimo de prejuízos.

A experiência tem demonstrado que em todos os países onde existe este problema, e aqui na Europa existe numa série deles, o sistema aviões/meios terrestres em coordenação tem-se mostrado de uma elevada eficácia.

Quero-lhe ainda dizer que a conservação das florestas, torna-se pois indispensável não só pelos factos já apontados como na influência que têm na protecção às albufeiras das barragens, bacias de água, etc., pois ajuda a conter as inundações e a erosão, fornecendo ainda um habitat natural à fauna, além do seu valor paisagístico em termos turísticos e não só.

O que aconteceu ainda o ano passado, em que os incêndios florestais atingiram proporções terríveis, pondo em perigo permanente as populações e os seus bens e infligindo a todos os níveis prejuízos incalculáveis difíceis de recuperar e de contabilizar, penso que não pode nem deve tornar a acontecer.

"P.L." — Pode fazer um levantamento das zonas mais atingidas e indicar-nos valores de prejuízos?

A.P. — Nos últimos dez anos foram consumidos pelos incêndios

(Continua na pág. 6)

Sindicato dos Professores da Zona Norte abandona a frente comum dos Sindicatos da Função Pública

(Pág. 12)

MEDALHA COMEMORATIVA DO IX CONGRESSO



Preço 450.00

Pedidos à Secção Central de Vendas

R. Buenos Aires, 39 - 1296 - Lisboa - Codex • Tel. 60 90 42

Comunicado da Distrital do PSD do Porto



A Comissão Política Distrital do PSD do Porto, reunida dia 7, aprovou por unanimidade a seguinte declaração:

- «1. Apoiar de forma firme e inequívoca a comunicação do Senhor Primeiro- Ministro, na qual deixou claro que o governo, legitimado pelo voto dos portugueses, continuará a assumir todas as suas responsabilidades governativas e políticas, evitando desse modo que o país seja arrastado para uma grave crise política, como irresponsavelmente pretende o Partido Socialista;
2. Tal como afirmado pelo Senhor Primeiro-Ministro, os Portugueses não são um povo para desistir à primeira adversidade; só assim foi possível no passado ter dado novos mundos ao Mundo;
3. A CPD do PSD do Porto continua a acreditar que é possível a Portugal ultrapassar as atuais dificuldades e assim alcançar o sucesso do seu programa de ajustamento; para tal, será fundamental, como até agora, o envolvimento de todos os portugueses e paralelamente o governo permanecer num registo de rigor e exigência no desempenho da sua missão. Só, assim, os portugueses compreenderão e aceitarão os sacrifícios que lhes estão a ser pedidos;
4. A CPD do PSD do Porto congratula-se com o anúncio do Senhor Primeiro- Ministro, de recusa de novo aumento de impostos, traduzindo, assim, a efectiva centralização da acção governativa na matriz ideológica do nosso Partido;
5. O respeito na acção governativa pela matriz ideológica do nosso partido, associada a uma extrema necessidade de uma governação com sensibilidade social e bom senso tecnocrata, serão, na nossa opinião, factores determinantes para o governo alcançar o objectivo anteriormente referido;
6. O reforço da componente política na gestão governativa, o aprofundamento da relação de proximidade e de confiança com todos os portugueses, mas em especial com todos aqueles que nos confiaram o seu voto, será um factor crucial para o sucesso governativo;
7. Este é um momento difícil, mas é nestes momentos que todos os militantes e simpatizantes do nosso partido e dos nossos princípios ideológicos, deverão manter e não vacilar nas suas convicções.
8. Neste contexto, a decisão do Tribunal Constitucional, sendo uma decisão para cumprir, não deixa de ser um revés para o nosso processo de regresso aos mercados e de redução dos custos de financiamento à nossa economia. Infelizmente, esta decisão poderá ter como consequência o incremento das dificuldades de financiamento de empresas e famílias, o qual é indispensável para o relançamento da actividade económica do nosso país e, em particular, da nossa região, pois só por via do crescimento económico será possível a diminuição do desemprego, flagelo que tanto fustiga a nossa região.»

Médico de família para todos os utentes da região do Cávado

No âmbito de um conjunto de visitas que a coligação “Juntos Por Braga” tem efectuado a agentes que actuam na área da saúde, Ricardo Rio reuniu, dia 5, com a direcção do Agrupamento de Centros de Saúde Cávado (ACES), entidade que é responsável pela gestão dos antigos Centros de Saúde de Braga, um território que abrange cerca de 192 mil utentes.

Ricardo Rio salientou que, apesar da actividade do ACES de Braga não recair directamente na esfera de influência da Câmara Municipal, esta visita é importante, porque a saúde é uma área crucial para a vida do concelho, afectando os cidadãos de uma forma transversal. “Esta é uma área que exige um envolvimento e um acompanhamento permanente por parte da autarquia. Nesse sentido, viemos expressar a nossa preocupação com as debilidades de resposta que ainda existem em Braga, nomeadamente em termos de médicos de família, já que muitos utentes do nosso concelho continuam a não ter acesso a esse serviço”, sublinhou.

José Manuel Cardoso, director-executivo do ACES de Braga, apontou também o número de utentes sem médico de família - cerca de 42 mil pessoas - como o principal problema do ACES. “É um facto sobejamente conhecido e que afecta a população do concelho. Estamos a lutar com todas as nossas forças para que esta situação se possa resolver e para que Braga não tenha utentes sem médico de família”, garantiu.

O líder da coligação afirmou estar muito satisfeito com as várias diligências que o ACES de Braga está a realizar no sentido de suprir essa lacuna. “Ficamos com a certeza de que, da parte do ACES, tudo está a ser feito para que esta situação se resolva o mais rapidamente possível, em específico com a reivindicação junto do Ministério da Saúde para colocação de mais médicos, alargamento da bolsa de horas contratadas a serviços externos e abertura de novas unidades de saúde familiares”, confirmou.

O responsável máximo do ACES de Braga afirmou ainda que os cuidados de saúde primários estão a atravessar um período de reforma que se iniciou há já alguns anos, e cujas principais mais-valias têm sido a forma exemplar como os seus profissionais têm aderido e a criação de novas Unidades de Saúde Familiar. “Foi óptimo que a coligação ‘Juntos Por Braga’ tenham tido a iniciativa de conhecer mais de perto esta realidade. Foi



uma reunião muito frutífera, porque demos a conhecer toda a estrutura do ACES, assim como dificuldades que encaramos no dia-a-dia no exercício das nossas funções e actividades”, disse José Manuel Cardoso.

2013 será marcado por investimentos em infra-estruturas

No plano das infra-estruturas, Ricardo Rio notou a existência de algumas lacunas no concelho, mas perante a garantia dada pela direcção do ACES de que este ano será marcado por um investimento que ronda os dois milhões de euros em vários equipamentos, mostrou-se optimista de que estas situações serão resolvidas com brevidade. “Desses investimentos previstos, tenho obrigatoriamente de destacar a conclusão do espaço que irá acolher a futura Unidade de Saúde Familiar de Infias, que finalmente vai conhecer avanços”, declarou Rio.

O candidato à presidência da Câmara Municipal de Braga considerou que a autarquia pode ter um papel importante do ponto de vista das parcerias para a promoção de hábitos de vida saudáveis e da educação para a saúde, em ligação com as comunidades escolares. “Mas o trabalho da autarquia é também fundamental para a concretização de aspirações muito concretas do ACES e que nos foram hoje sinalizadas, como o caso dos arranjos em termos de acessos ao antigo polo de psiquiatria em Gualtar, da sinalética externa a diversas Unidades de Saúde Familiares que é neste momento débil, até questões ligadas ao estacionamento propiciado aos serviços de apoio domiciliário ou ao ajardinamento da zona envolvente do Centro de Saúde do Carandá”, alertou.

Nesse mesmo sentido, José Manuel Cardoso frisou que o futuro passa pelo reforço das relações com a Câmara Municipal, afirmando estar totalmente ao dispor para, em parceria com a autarquia, lutar pelo bem dos utentes do concelho de Braga.

PSD estará ao lado dos açorianos na luta contra a maior crise da autonomia



O presidente do PSD/Açores defende que o governo regional não terá “uma segunda oportunidade para começar a resolver já os problemas que afligem milhares de açorianos”. Duarte Freitas, que falava no final dos debates parlamentares sobre o Plano e Orçamento para o ano corrente, recordou que a Região vive “a maior crise financeira, económica e social do regime autónomico” pelo que “os açorianos precisam que, no parlamento regional, se encontrem mais respostas do que desculpas. Que se resolvam problemas em vez de se criarem mais problemas”.

Na verdade, o líder do PSD/Açores recordou que “o número de desempregados nos Açores é superior à população da ilha do Faial ou da ilha do Pico. O número de açorianos desempregados é quase igual à população conjunta das ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo. Estamos a falar de milhares de pessoas, de milhares de famílias, de milhares de situações dramáticas”.

“Num momento difícil como aquele em que os Açores se encontram, o pior que pode acontecer é um Governo que se recusa a ver um problema”, disse o presidente do PSD/Açores.

Para Duarte Freitas, “num tempo em que os açorianos se sentem encurralados entre a austeridade nacional e a nova austeridade regional, mesmo que por enquanto ainda disfarçada na eloquência das palavras, os Açores não podem falhar”.

O líder dos sociais-democratas considerou, igualmente, que as medidas de austeridade nacionais estão a condicionar também a economia regional, não podendo o Governo da República correr o risco de perder o país para a austeridade: “para o PSD/Açores a austeridade pode ser uma necessidade para corrigir erros de má governação do passado. Mas a austeridade não pode ser nunca imposta para corrigir os erros que resultam da própria austeridade”, defendeu.

Duarte Freitas recordou, igualmente, que “a travagem da economia é ainda maior nos Açores do que no resto do país”. “A espiral recessiva acrescida que se vive na nossa Região está bem patente nos números da execução fiscal de 2012. No IRC, a queda no país foi de 17,3 por cento e nos Açores foi de 42,5 por cento. O IVA, que no país caiu 2 por cento, nos Açores caiu 14,4 por cento. Estes números explicam também, conforme refere o Instituto Nacional de Estatística, o porquê de a taxa de desemprego ter registado nos Açores em 2012 o maior aumento entre todas as regiões do país”, acrescentou.

O presidente do PSD/Açores garantiu que o partido estará, por isso, garantiu, “ao lado dos açorianos” como se comprova pelas propostas de alteração aos documentos elaborados pelo PS.

“Estamos ao lado dos açorianos quando apresentamos uma proposta de alteração que visa chegar mais longe no apoio ao auto-emprego por jovens, que vai para além dos programas Estagiar e que visa criar oportunidades, por exemplo, para que estes jovens possam, pelas suas mãos, criar os seus postos de trabalho. Estamos ao lado dos açorianos, em especial dos que se encontram em situação de enorme carência quando propomos um aumento do complemento de pensão em 10 por cento”, disse.

“Estamos também ao lado dos açorianos quando propomos um reforço das verbas destinadas à recuperação de listas de espera cirúrgicas. Para o PSD/Açores recuperar listas de espera não é, como parece defender o governo regional, avaliar externamente se um doente deve ou não ser operado depois da necessidade dessa intervenção já estar diagnosticada. Esse é o trabalho dos médicos! Defender e apoiar os açorianos é elaborar medidas e políticas que permitam realizar num prazo razoável as intervenções cirúrgicas indicadas pelos profissionais de Saúde. Estamos também ao lado dos açorianos quando propomos um reforço do apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores”, assegurou.

O líder social-democrata lembrou ainda que a região não pode implementar medidas diferentes das já existentes para combater “a maior crise da era autónomica”. “O PSD/Açores podia optar pela via fácil de propor aumentos generalizados de todos os apoios, mas sabemos que tal não é possível”, disse Duarte Freitas, advogando, no entanto, “que ao governo dos Açores é exigido um esforço para poder acudir aos idosos com baixas pensões”.

“O PSD/Açores podia, e estou certo que os restantes partidos também, apresentar novas soluções, novos programas que respondam a estes tempos de emergência. Infelizmente, o acordo de resgate financeiro assinado entre o Governo Regional e o Governo da República apenas permite o reforço dos instrumentos que já existem. Como dissemos em tempo oportuno, esse acordo de resgate limita a nossa Autonomia. Como se já não bastasse ter sido enviado para o Terreiro do Paço, o orçamento que daqui a pouco votaremos é, também, o primeiro que não permite à Autonomia responder com total plenitude às dificuldades dos açorianos”, afirmou.

Duarte Freitas defendeu ainda que “a situação de emergência social em que os Açores se encontram não pode continuar a ser mais uma desculpa para o governo regional do PS fugir às suas próprias responsabilidades. Quase duas décadas passadas, um saneamento da dívida regional e um saneamento da dívida do Serviço Regional de Saúde depois, é tempo do PS deixar de falar na herança dos governos do PSD/Açores até 1996”, frisou.

O presidente do PSD/Açores manifestou-se também surpreendido “com o novo bode expiatório para desculpar as ineficiências do governo regional”.

“O modelo! O modelo que o PS, agora, critica e que, agora, quer reformar é o modelo que o PS implantou durante 16 anos! O que há de novo não é, pois, o Governo Socialista, que caminha para 20 anos. O que há de novo é mais uma declinação na narrativa das desculpas, com o PS a quase renegar o seu legado como fuga às responsabilidades numa dramática situação que não mais pode ser disfarçada”, disse.

Duarte Freitas disse ainda esperar que o governo regional e o PS em próximos plenários aprovem as medidas complementares ao subsídio de desemprego apresentadas no parlamento pelo PSD/Açores. “Trata-se de mais um contributo do PSD/Açores para acudir a quem se encontra na terrível circunstância de não ter emprego, e muito em particular aos casos em que ambos os conjugues estão desempregados ou se encontram em situação de insolvência”, finalizou.

PSD-EUA promove o ciclo de conferências e as comunidades



O PSD dos Estados Unidos da América promoveu no dia 15 de Março, em Newark, o primeiro colóquio de um ciclo de conferências que o PSD-EUA irá organizar ao longo de 2013, em diversas cidades e estados norte-americanos. O PSD-EUA pretende debater as preocupações actuais das comunidades portuguesas e das comunidades dos países de língua portuguesa residentes nos Estados Unidos da América, conferências que visam aproximar os cidadãos dos seus direitos no país de acolhimento (EUA), bem como promover a união e entreaajuda e aproximar os portugueses e demais cidadãos dos países da Comunidade de Língua Portuguesa a residirem neste país.

O primeiro encontro realizado pelos sociais-democratas, aberto à comunidade em geral, debateu o tema da “Imigração” e da residência legal no país. Este colóquio contou com a presença da deputada do PSD eleita pelo círculo fora da Europa, Maria João Ávila, do advogado especialista em imigração, do programa “Você e a Lei” da SIC Internacional, Moses Apsan, e ainda do comendador Bernardino Coutinho. A moderação do colóquio foi da responsabilidade do conhecido jornalista Jorge Lúcio, que é também responsável pela pasta de Relações Exteriores da actual comissão política do partido laranja nos EUA.

No seu discurso de abertura, Mário Filipe Marques disse que “o PSD quer que este ciclo de conferências seja, de facto, para ouvir as comunidades, estreitarmos laços e unirmos a diáspora de língua portuguesa residente nos Estados Unidos.”

Por seu lado, a deputada Maria João Ávila, referiu-se aos desafios que se colocam actualmente aos portugueses nos países de acolhimento, muitos deles em situações difíceis. A representante dos portugueses fora da Europa na Assembleia da República, adiantou ainda que o PSD vai apresentar no Parlamento, uma proposta de lei que dará aos netos de portugueses ou descendentes de portugueses, a possibilidade de adquirirem a cidadania portuguesa, processo que actualmente só está disponível para filhos de portugueses.

Na sua alocução, o advogado especialista em leis de imigração, Moses Apsan, disse estar esperançado que até ao final do Verão, o governo dos Estados Unidos irá implementar a reforma da imigração, que irá legalizar cerca de 12 milhões de residentes ilegais, muitos deles portugueses e cidadãos oriundos dos países de língua portuguesa.

O advogado partilhou com os presentes a sua história de vida, também ele um emigrante que chegou aos EUA com a sua família, tinha então 7 anos de idade.

O comendador Bernardino Coutinho, um dos oradores convidados, falou da experiência de emigração para os Estados Unidos, no final dos anos 1960, numa altura de grandes conflitos sociais na cidade de Newark, com a revolta dos afro-americanos, que reivindicavam por uma sociedade menos racial e por direitos iguais para todos.

O fundador das comemorações do “Dia de Portugal e das Comunidades portuguesas” em Newark legalizou milhares de famílias portuguesas, que chegaram durante as décadas de 1970 e 1980. Foi com orgulho demonstrado, que falou aos presentes sobre o assunto bem como a sua postura cívica, trabalhando sempre em prol do serviço público.

Para o presidente do PSD nos Estados Unidos, esta série de conferências que agora começou, visa envolver líderes locais, políticos, empresários, professores, artistas e mulheres e homens das mais diversas actividades profissionais. No final deste ciclo de conferências, será elaborado um documento com os problemas, dúvidas e anseios manifestados pelas comunidades e que será entregue a Maria João Ávila, de maneira a que na Assembleia da República, deputados eleitos e governo, possam entender melhor o dia-a-dia dos portugueses nos países de acolhimento, no caso concreto os EUA.

O próximo colóquio está agendado para 22 de abril de 2013, sobre a temática “O ensino do português nos EUA”, e irá realizar-se na sala Chave D’Ouro, do Clube Português, na cidade de Elizabeth, EUA.





O inocente

João César das Neves (*)

Portugal passa por um momento terrível, mas isso não o deve impedir de admirar esteticamente uma obra de arte excepcional. Ora o regresso de José Sócrates é um espantoso feito de técnica política, do mais alto nível mundial.

A personagem é notável. Verve, atitude, tática são excelentes. Para lá das qualidades como tribuno e estratega, aquilo que o distingue dos demais e o coloca acima da sua geração é a total ausência de escrúpulos. Não existe a menor contemplação pela realidade dos factos, interesse nacional, simples decoro pessoal. Existe apenas um projecto de poder, e tudo lhe é sacrificado. Há muitas décadas que não tínhamos um político assim, e já nos esquecemos do estilo. Por isso tanto nos admira a quase inacreditável capacidade de imaginação e manipulação com que consegue sair de uma posição que seria desesperada para qualquer outro. Além disso é terrivelmente eficaz e convence mesmo. Digno de antologia!

Apresenta-se como totalmente inocente dos males que afligem o País. Foi primeiro-ministro durante mais de seis anos mas é inimputável pelo desastre que deflagrou nos últimos meses do seu mandato. A culpa vem de uma “crise das dívidas soberanas”, que lhe é naturalmente alheia. E claro também de um terrível bando de malfeitores, onde se inclui o actual Governo, bancos, União Europeia e FMI, que pretendem, por razões não esclarecidas, destruir Portugal. Ele, pelo contrário, sempre esteve do lado do progresso e alegria, que infelizmente não se concretizaram.

Não é claro se mente descaradamente ou acredita mesmo na fábula, sofrendo de delírio. Em qualquer caso, todos os dados apontam para o facto de José Sócrates ser, não imoral, mas completamente amoral. Não se lhe parecem colocar quaisquer remorsos de consciência. Por isso é tão convincente. A nossa actual democracia nunca teve, em posições cimeiras, pessoas deste calibre. Assim Sócrates destaca-se flagrantemente.

É preciso dizer que ele ainda não atingiu os níveis do contemporâneo mestre absoluto da técnica, Silvio Berlusconi. Nem sequer é evidente que o português alguma vez consiga os feitos do italiano. No entanto, cabe-lhe um honroso segundo lugar. Esta atribuição não é forçada porque a relação entre ambos é evidente. Tirando eles, todos os líderes que estavam no poder quando bateu a crise, alguns deles de reconhecidas qualidades, caíram fragorosamente: Geir Haarde na Islândia, Kostas Karamanlis e George Papandreu na Grécia, José Luis Zapatero em Espanha, Brian Cowen na Irlanda, Yves Leterme na Bélgica, Nicolas Sarkozy em França, Gordon Brown no Reino Unido, George Bush nos EUA, etc. Todos forçados a sair de cena sem remissão. Deles, apenas Berlusconi e Sócrates mantêm esperanças de regresso, estando bastante avançados no processo. O estilo de ambos, apesar das diferenças, tem paralelos evidentes. Mas temos de admitir que o magnata transalpino, que saiu depois e regressou mais cedo do que o nosso engenheiro, tem evidente primazia.

Admirando o engenho e a arte, não podemos esquecer o muito que eles devem aos tempos que vivemos. É preciso recuar às primeiras décadas do século passado para encontrar casos semelhantes, porque nessa altura o mundo enfrentava dilemas e conflitos próximos dos actuais. O rancor das acusações, o ressurgimento da retórica antidemocrática, os contínuos apelos à Grande Depressão aproximam as duas épocas. Talvez tenhamos aprendido a evitar o pior dessa evolução, mas não admira o ressurgimento do mesmo tipo de animais políticos.

A única coisa que pode fazer a diferença é a capacidade dos eleitorados em resistir ao engano. O caso italiano assusta muito, porque repete traços da antiga trajectória, embora com diferenças significativas e ainda sem Mussolinis no horizonte. Portugal começou agora o seu processo. Veremos até que ponto a raiva pelos sacrifícios, junto com o ilusionismo, conseguirão fazer que o grande beneficiário da crise venha a ser aquele que indiscutivelmente foi o seu principal responsável. Isso seria uma obra de arte incomparável.

(*) Professor universitário, naohaalmocosgratis@ucp.pt ©DN



A reforma do Estado

Ângelo Correia (*)

Um programa que devia ser nuclear, abrangente e prioritário desde o primeiro dia da existência de qualquer governo, apenas foi referenciado quando se colocou a questão do corte de quatro mil milhões de euros nas despesas do Estado.

A sua reforma deveria começar pela definição das suas funções básicas, pela afectação das mesmas aos vários subsistemas funcionais que o compõem, e pela análise das rotinas administrativas que se desenvolvem no seu seio. Julgo que a área onde as poupanças poderiam ser mais visíveis corresponde a rotinas excessivas, desnecessárias e caras. Tal percepção não só diminuiria o preço que pagamos, como também beneficiaria todos os cidadãos e empresas que são permanentemente violentados em tempo e dinheiro pela multiplicidade não só das burocracias a que são obrigados, como das “capelinhas” que têm de percorrer.

Era sobretudo essa simplificação e reorganização que se tornariam necessárias, como consequência da reforma do Estado.

Daí decorreria uma redução não só de tempo gasto, como de funções anuladas e de determinação do pessoal excedentário numas áreas ou em falta noutras.

Só assim, teríamos critérios objectivos para responder à necessidade de modernizar. O edifício da reforma começaria nos alicerces para chegar ao telhado. Na actual versão, começámos pelas telhas, e não sabemos se tirando algumas não passa a chover dentro do edifício.

Os custos são consequências das intenções bem conduzidas, mas não são antecedências das ideias estratégicas.

Procede-se ao contrário, porque a acção dos partidos políticos (sem excepção) procura o imediato. Não estuda nem se prepara antes de ser Poder. Vive deslumbrado com “sound-bites” em vez de ideias e formas de as implementar.

Quem não pensa não tem objectivos determinados e não planeia a acção que os concretize, não tem futuro.

Por isso, grande parte da nossa crise, reside na debilidade dos nossos partidos políticos.

Na exibição da sua incapacidade de ir ao fundo das questões, apenas procurando surfar o mar encapelado.

Só se reforma ou refunde um Estado, se se reformar ou refundar os principais atores que o modelam ou seja, os partidos políticos.

(*) Gestor



A gestão das expectativas

Jaime Quesado (*)

Muitos “think tanks” têm vindo a fazer uma profunda reflexão à volta das respostas que num contexto de crescente globalização pode e deve haver para a crise. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, as pessoas lançam a questão e perguntam-se se cabe de facto ao Estado o papel de intervenção activa no combate à crise ou se pelo contrário não caberá à Sociedade Civil a tarefa de reinvenção de um novo modelo de criação colectiva de valor centrado na participação e criatividade individual. Num mundo de incertezas, que fronteiras entre a Economia e a Sociedade?

As recentes medidas anunciadas pelo executivo como resposta à crise vieram colocar o dedo na ferida. A gestão de expectativas é hoje fundamental e quando se começaram a agudizar os sinais de falta de controlo na gestão operacional das contas públicas criou-se o imperativo da intervenção. O Estado assumiu a condução do processo, para evitar a contaminação do sistema e a geração de riscos sistémicos com consequências incontroláveis, mas as dúvidas mantiveram-se em muitos quanto à existência de soluções alternativas mais condicentes com o funcionamento das regras do mercado. Por isso, a gestão das expectativas é tão fundamental.

O ano de 2013 vai ser particularmente relevante para Portugal. Está em cima da mesa, no contexto da consolidação do processo de integração europeia, a capacidade de o nosso país conseguir efectivamente apresentar um Modelo de Desenvolvimento Estratégico sustentado para o futuro. Da mesma forma que a maior democracia do mundo teve a coragem de eleger Barack Obama e com isso assumir a inevitabilidade do seu processo de reinvenção estratégica, também em Portugal sinais inequívocos de mudança têm que ser dados. Em tempo de crise, os recentes acontecimentos à volta de casos menos claros vieram uma vez mais demonstrar que existe no nosso país uma “minoría silenciosa” que de há anos a esta parte mantém o status quo do sistema paralisado.

As perguntas que as pessoas lançam, a propósito da Intervenção do Estado num contexto de crise em tempo de globalização, correspondem sem dúvida a um sentimento colectivo de uma nova geração que cresceu e amadureceu numa sociedade aberta onde a força das ideias é central para o desenvolvimento da responsabilidade individual num quadro colectivo. A nova geração que ganhou dimensão global através da força dos instrumentos da Sociedade da Informação acredita na felicidade e na justiça humana mas à custa duma adequada aposta na criatividade individual e no reconhecimento do mérito na criação de valor. Por isso, importa que se desenvolvam ideias que apresentem uma solução diferente para os próximos tempos do país.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Pressões contra Pressões

Pedro Lomba (*)

O horror deste país ao conflito ainda impressiona. Quem acompanhou há uma semana a exposição de argumentos orais no Supremo Tribunal Federal sobre a chamada Proposição 8 (que nos Estados Unidos proibiu o casamento homossexual na Califórnia) viu a vasta agitação social que o tema provoca. Manifestações em Washington, movimentos contra e a favor, entrevistas, grandes advogados em cena, conferências de imprensa, etc. Numa palavra: pressões. Pressões organizadas, sistemáticas, audíveis. E de todos os feitios. Porque se um problema que interessa a milhões chega ao mais elevado tribunal de um país, é óbvio que as pressões existem. As “pressões” são um fenómeno normal e de certo modo estimável do “sistema”. Mostram que as pessoas não são indiferentes à justiça, que querem intervir e influenciá-la publicamente, que há valores importantes em jogo. Muitas das principais decisões do Supremo dos EUA, ao longo da sua História, nasceram de pressões, de movimentos, de escândalos. Poderia ser de outra forma?

Entre nós, se alguns sindicatos ou associações fazem barulho sobre o Tribunal Constitucional para que decida a favor deles na questão do Orçamento, se o PSD acena com o desastre, se o PS defende a iniciativa que tomou, se tudo isto tem o ar de ser uma batalha e é mesmo, que dizem os puristas? Que, tragédia das tragédias, se está a pressionar irresponsavelmente os juizes. (Na verdade, as “pressões” só são “pressões” quando vistas do “nosso” lado). Mas deixem-me dar uma novidade: claro que são pressões. Não é ilegítimo. É inevitável. Por vezes, diz a experiência, pode ser contraproducente. Agora, ninguém nos livra de pressões e opiniões. Não há decisões judiciais no vácuo. Vou repetir uma evidência: nós não temos a mesma visão sobre o que é inconstitucional. Seja em tempo de normalidade, seja em tempo de emergência. Não estamos de acordo sobre o que diz a Constituição. Não é só o que deve estar; é o que lá está que nos divide. A nossa divergência não é apenas uma bizantinice só ao alcance de peritos. É a política. Mas, estranhamente, suspiramos sempre por uma autoridade monolítica fora da política que nos diga o que está e não está certo, que nos liberte do choque e da incerteza. Este horror ao conflito só é ultrapassado por outro que normalmente nos acompanha: a recusa de pensar nas consequências. Como é que a decisão do Tribunal Constitucional sobre o OE deste ano, que será conhecida, supõe-se, dentro de dias, não deve tomar em consideração as suas consequências? Pode o TC fazer outra coisa senão medir consequências, os termos em que a decisão será recebida, os destinatários afectados, o seu impacto nas instituições políticas, o risco económico-financeiro num país insolvente? De resto, é o que faz todos os dias. A decisão sobre o Orçamento do ano passado também foi, como na altura escrevi aqui, motivada por consequências, a primeira delas dar um sinal ao Governo de que o activismo executivo extremo devia ser corrigido.

O “consequencialismo” faz, pois, parte deste jogo. Aliás, se temos hoje um Tratado Orçamental já ratificado pela AR que nos obriga a cumprir a “regra de ouro” em matéria financeira, é claro que o TC deixa de poder escrutinar orçamentos da mesma maneira. Eis uma novidade intrigante deste novo cenário. Aqueles que dizem que o TC não é responsável pelas consequências políticas das suas decisões, como se vivesse fora do mundo, sabem bem que não é nem pode ser assim. De resto, sem o dizerem, alguns também aguardam pelas consequências que se seguiriam a uma decisão que arrastasse o país para uma crise política. Toda a gente pressiona.

(*) Jurista

Mensagens ao PSD

Não desistam!

Peço ao Ministro das Finanças que não se demita, porque a sua imagem exterior é muito importante para nós.

Ensinou-me o meu pai que face a adversidades temos que lutar e acreditar em nós

E, por favor, não permitam que o partido “pseudo socialista” volte a ser governo em Portugal, porque a única governação possível, da parte deles, é colocar Portugal outra vez na bancarrota.

Mais uma vez, obrigado. Não desistam.

José Carlos de Oliveira Pombares, jcpombares@gmail.com

Um cidadão preocupado

Fico mais contente do nosso Primeiro-Ministro não desistir do seu País. Gostaria de deixar algumas sugges-

tões que deverão, se possível, ser encaminhadas para o gabinete do PM. Na verdade nem tudo foi bem feito, mas nestas condições seria quase impossível não cometer erros. Neste Portugal temos muitos pensadores, muitos comentadores e poucos a trabalhar para o bem comum. Neste sentido gostaria de deixar algumas sugestões para que a nossa economia seja mais justa.

Estando, num ramo de actividade que é gestão de condomínios dá-me acesso ao sistema que existe implementado neste sector, que abrange milhões de euros. A não-fiscalização dos condomínios particulares faz com que a maioria dos prestadores de serviço aos mesmos não apresente factura, para poupar no IVA. Estamos a falar das empresas de gestão, das reparações correntes, das grandes reparações como pinturas e obras e estamos a falar das senhoras que andam na limpeza que ganham muito dinheiro e nada declaram e ainda recebem os complementos de apoio social (???) Além disso as empresas que querem fazer tudo legal, estão a ter enormes dificuldades, pois apresentam propostas sempre no mínimo 23 % mais caras....

Isto é, liminarmente, concorrência desleal e roubo aos

cofres públicos de milhões de euros por ano.

Outra situação que não compreendo e que também dá origem a várias ilegalidades é a isenção de IVA aos prestadores que declarem até 10000 euros... Mas o que é que o Iva tem haver com a actividade? Todos os participantes em actividades económicas devem estar obrigados a cobrar o respectivo IVA, que é um imposto de consumo e não deveria permitir isenções assim todos tentam não passar dos 10000 euros e quando apresentam orçamentos estão sempre 23 % mais baratos.

Não é justo. Poderá é ser criado um regime mais simplificado de cobrança e envio de declarações, mas penso que nem deve existir. As facilidades no sistema económico só levam a fugas.

Agora não se esqueçam de rever o preço da electricidade, combustível, PPP e etc...

Ajudem a criar mais justiça e a desenvolver a economia de uma forma mais equilibrada sem sectores privilegiados, Está nas vossas mãos a salvaguarda do nosso País. – Atentamente,

Mário André, Cidadão preocupado, mariomiguelandre@gmail.com

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Arruda dos Vinhos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Abril de 2013, (Quinta-feira), pelas 21h00, no Auditório Municipal de Arruda dos Vinhos, sito no Complexo Cultural do Morgado, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política
- 3 - Eleições Autárquicas 2013
- 4 - Outros assuntos

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 20 de Abril de 2013, (sábado), pelas 16h00, na sede sita na Rua de Trás os Montes nº 4 -B, na Freguesia de Santo António da Charneca, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Autárquicas 2013

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Braga, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Abril de 2013, (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Mercure Braga Centro (Hotel Turismo), com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação e votação das contas de 2012 da Secção
- 3 - Apresentação e votação do orçamento para 2013 da Secção
- 4 - Análise da situação política

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção do Fundão, para reunir no próximo dia 26 de Abril de 2013, (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório da sede da secção, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política actual
- 2 - Autárquicas 2013
- 3 - Sessão 20 Anos, 20 Oportunidades

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 11 de Maio de 2013, (sábado) pelas 16h00 na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, 7, R/c - Sintra, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos Órgãos da Secção de Sintra

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Pre-

sidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior

- As urnas estão abertas das 16h00 às 23h00

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da secção de Torres Vedras, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 20 de Abril de 2013 (sábado) pelas 17h30, na sede distrital, sita na Rua 9 de Abril, nº 1 - 3º, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único.- Dar parecer sobre a candidatura aos órgãos autárquicos de Torres Vedras



LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Concelhia de Leiria, para reunir no próximo dia 20 de Abril de 2013, pelas 16 horas, na Sede do PSD/Leiria, sita na Rua Dr. José Jardim, n.º 32 - Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Análise de Actividades;
- 3 - Apresentação do Gabinete de Estudos;
- 4 - Outros assuntos.

CALENDÁRIO ELEITORAL DA JSD REGIONAL DE CASTELO BRANCO

- Convocatórias Congresso Regional e Eleição de Delegados Concelhios.....Povo Livre de 28 de Março 2013
- Publicação do Regulamento do Congresso Regional..... Povo Livre de 11 de Abril 2013
- Publicação do Rateio.....27 de Abril 2013
- Eleições de Delegados Concelhios...11 de Maio 2013
- Congresso Regional da JSD Castelo Branco (Covilhã).....19 de Maio 2013

Calendário Eleitoral APROVADO em Conselho Regional de 6 de Abril de 2013.

CONGRESSO REGIONAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenário Concelhios da JSD Castelo Branco para reunir nas datas, locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Eleição dos Delegados Regionais ao I Congresso Regional da JSD Castelo Branco de 19 de Maio de 2013

Nota: As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao respectivo Presidente da Mesa do Plenário Concelhia ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

Concelhia	Dia	Hora	Morada
Castelo Branco	11 Maio	18:00 - 20:00	Rua do Pina, 6
Fundão	11 Maio	18:00 - 20:00	Rua Conde Idanha-a-Nova, Edifício Acrópole nº2/BZ
Covilhã	11 Maio	18:00 - 20:00	Rua Visconde da Curiscada 26
Vila de Rei	11 Maio	18:00 - 20:00	Rua Dr. Eduardo Castro
Oleiros	11 Maio	18:00 - 20:00	Praça do Município
Penamacor	11 Maio	18:00 - 20:00	Rua da Quinta nº5

REGULAMENTO DO I CONGRESSO REGIONAL DA JSD

CASTELO BRANCO

CAPÍTULO 1 - DO PRESENTE REGULAMENTO

Artº 1 (Objecto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Artº 3 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais, disciplinando o funcionamento do I Congresso Regional da JSD Castelo Branco.

Artº 2 (Definição)

O Congresso Regional é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial regional, conforme definido nos estatutos da JSD.

CAPÍTULO 2 - DO CONGRESSO REGIONAL E SEUS MEMBROS

Artº 3 (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Regional:

- a) A eleição da Mesa do Conselho Regional /Mesa do Congresso Regional bem como da Comissão Política Regional;
- b) A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos regionais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artº 4 (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Regional, com direito a voto

- a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Regional;
- b) os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na al. b) do Artº 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais da JSD, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Regional até ao início dos trabalhos;
- c) 60 - Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do Art.º seguinte.

2 - São ainda membros do Conselho Regional, ainda que sem direito de voto:

- a) A Mesa do Conselho Regional, que será também a Mesa do Congresso Regional;
- b) Os membros da Comissão Política Regional;
- c) Os membros do Conselho Regional mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k), l) do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais.

3 - A qualidade em que um Membro participa no Congresso Regional é imutável durante o decurso do mesmo.

4 - Competirá à Mesa do Conselho Regional verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artº 5 (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no nº3 do Art. 27º dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- a) As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Regional e convocados pelo seu Presidente;
- b) Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- c) Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Regional a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
- d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
- e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus

delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artigo 6º (Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Regional:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Regionais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

Artº 7 (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

- Comparecer ao Congresso Regional com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Regional e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Regional ou de quem o substitua nessas funções;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Regional, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais

Artº 8 (Participantes e Observadores)

1. O Congresso Regional, a requerimento da CPR ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPR e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes da Região.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Regional poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Art 9º (Data e Hora)

O I Congresso Regional da JSD Castelo Branco, decorrerá no dia 19 de Maio, no Auditório da ANIL da Covilhã, com início às 10h00m e o Conselho Regional delega a escolha da localização efectiva e os seus preparativos na Comissão Política Regional e Comissão Política Concelhia em causa.

Artº 10º (Quorum)

1. O Congresso Regional reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3. No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4. Exceptua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Regional até ao início dos trabalhos.

Artº 11 (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Regional, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Regionais.

Artº 12 (Ordem de trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;
- Apresentação e discussão das moções sectoriais
- Apreciação do mandato Regional – 2011/2013
- Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas
- Eleição dos órgãos Regionais mandato 2013/2015 e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15 e as 18 horas)
- Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários
- Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados
- Encerramento

Artº 13º (Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

- Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- Interpelar os órgãos regionais, sem exceder os três minutos;
- Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- Apresentar requerimentos, protestos, contra-protestos e formular votos;
- Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
- A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artº 14 (Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa:

- Presidir ao Congresso Regional, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
 - Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Regional;
 - Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
 - Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
 - Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
 - Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
 - Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Regional ou da sua Mesa.
- Artº 15º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)
Compete aos Vice-Presidentes:
- Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
 - Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
 - Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artº 16º (Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

- Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- Servir de escrutinador;
- Elaborar as actas.

CAPÍTULO 4 - DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

Artº 17º (Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Regional – e apenas estes – devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções

3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Regional

Artº 18º (Moções Sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Regional, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Regional vencedora como orientações do Congresso Regional, a executar nos moldes possíveis.

Artº 19º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artº 20º (Candidaturas aos órgãos Regionais)

As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Regional, ao Presidente da Mesa do Congresso Regional ou a quem este delegar e o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Castelo Branco, sitio na Rua do Pina n.º6 em Castelo Branco.

Artigo 21º (Distinções Honorárias Regionais)

1. O Conselho Regional pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Regional da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Regional da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Regional é atribuída aos antigos dirigentes regionais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPR, da Mesa do Conselho Regional ou de três Comissões Políticas Concelhias.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Regional, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respectiva Região, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artº 22º (Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Regionais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artº 23º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação.

Aprovado pelo Conselho Regional, em Castelo Branco, 6 de Abril de 2013